

---

## Comunicação Pública da Ciência: Caminhos Possíveis da Extensão à Interculturalidade<sup>1</sup>

Juliana Marques BORGHI<sup>2</sup>

Claudia Irene QUADROS<sup>3</sup>

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR

### RESUMO

A pesquisa em desenvolvimento estuda projetos de extensão do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas do Instituto Federal do Paraná (IFPR), a partir da articulação de três eixos teóricos: comunicação pública da ciência, extensão universitária e processo cultural. Neste artigo, evidenciamos a temática indígena de um projeto de extensão: a do NUPOVOS - Núcleo de defesa dos direitos dos povos e comunidades tradicionais. Desse modo, problematizamos como a comunicação pública pode promover o acesso à produção do conhecimento desenvolvido no IFPR, na construção de ações extensionistas que valorizam a temática indígena. A partir de uma análise documental, observamos os relatórios de extensão deste projeto à luz dos operadores teóricos da comunicação pública da ciência.

**Palavras-Chave:** comunicação pública; ciência; extensão; interculturalidade.

### INTRODUÇÃO

Este artigo traz reflexões sobre o conceito da comunicação pública para compreender projetos de extensão realizados no Instituto Federal do Paraná (IFPR) pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas, que faz parte de uma pesquisa de mestrado em andamento no PPGCOM-UFPR. Aqui, desta vez, vamos destacar a temática indígena.

Vislumbramos a comunicação pública como um processo dialógico junto aos atores sociais que envolve, por sua vez, participação, interesses coletivos e práticas democráticas. Institucionalmente, considerada estratégica. Refletir, desta forma, em

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Interfaces Comunicacionais, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (PPGCOM-UFPR), e-mail: juliana.marks@hotmail.com

<sup>3</sup> Orientadora do trabalho. Professora do PPGCOM-UFPR, Doutora em Comunicação pela ULL, com pós-doutorado pela UPF. E-mail: clauquadros@gmail.com

---

suas possíveis promoções inseridas em ambientes educacionais implica na valorização da produção e na troca de conhecimentos e saberes.

A comunicação pública depende, assim, da reciprocidade existente entre comunicação e cidadania, mobilizando sujeitos na concretização de aprendizados e saberes coletivos, construindo caminhos originais da vida coletiva organizada. (DUARTE, 2007). Este conceito nos indica, portanto, seu enriquecimento enquanto ação que promova o acesso à informação e a troca de conhecimentos e experiências.

Freire (2017) destaca a importância do diálogo, em hipóteses científicas ou técnicas, na problematização do conhecimento em si, e em sua relação com a realidade sobre a qual incide para melhor compreender, explicar e transformar contextos.

Essa posição epistemológica permite a reflexão sobre a criação de um novo tipo de relacionamento entre o saber científico e outros saberes. Consiste em garantir igualdade de oportunidade aos diferentes conhecimentos, na construção de uma democracia e na descolonização do poder e do saber. (SANTOS, 2004).

O conceito da comunicação pública da ciência vem a este encontro. Possibilita para além do acesso à produção do conhecimento universitário, uma relação de pertencimento ao espaço público, que é um direito do cidadão.

Neste artigo, propomos integrar a comunicação pública da ciência à extensão universitária e ao processo intercultural. Para Schmitz (1984, p.182), “uma das formas mais práticas de cumprir o papel crítico e criativo na comunidade é a atividade de extensão”. A representatividade institucional passa a fazer parte da comunidade e vice-versa. Torna-se possível identificar o trabalho da extensão por ações de pesquisa, encontros, cursos, assessorias, entre práticas culturais e sociais. O benefício mútuo amplia valores humanos e aspectos da promoção cultural. (SCHMITZ, 1984).

A reflexão se coloca, portanto, na promoção e compartilhamento de ações de extensão. Neste caso, representadas por projetos que contemplam a valorização da cultura indígena. O objeto empírico do trabalho é o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) do Instituto Federal do Paraná (IFPR).

O NEABI representa um eixo institucional e social que destaca a simbologia da resistência das culturas afro-brasileira e indígena. Trabalha com questões essenciais direcionadas ao desenvolvimento da interculturalidade enquanto movimento de respeito às diversidades, às identidades e à formação da cultura nacional. Para Tubino (2003), a

---

construção da interculturalidade é um encontro humano, no qual o diálogo se torna fundamental.

A articulação entre os eixos teóricos permite olhar de forma qualitativa ao projeto de extensão selecionado para este artigo. Deste modo, a questão problema traz a seguinte reflexão sobre tal projeto: Como a ciência pública da ciência pode ser desenvolvida e realizada institucionalmente na promoção e no acesso dos diversos públicos ao “Núcleo de defesa dos direitos dos povos e comunidades tradicionais”, projeto de extensão do NEABI-IFPR?

## **DA EXTENSÃO À INTERCULTURALIDADE**

Os diálogos institucionais e sociais sobre a temática da extensão universitária vêm crescendo no Brasil, com merecido destaque. Portanto, ações extensionistas vêm indicando caminhos promissores de valorização da democracia participativa, no sentido de integrar o compromisso universitário com as demandas da sociedade.

Por meio de uma educação inclusiva, que contempla o tripé ensino-pesquisa-extensão, no papel de uma formação cidadã, Boaventura de Sousa Santos (2004) amplia e valoriza as ações extensionistas, destacando seu importante papel nas Instituições de ensino, junto a áreas e grupos diversos: grupos sociais populares, comunidades locais ou regionais; governos locais; o setor privado, entre outros.

O conceito da extensão também vem passando por novas interpretações e compreensões, não só a respeito da discussão sobre sua obrigatoriedade no currículo educacional; mas na necessidade de conscientização sobre sua valorização enquanto prática que pode vir a contribuir significativamente para a troca e produção de conhecimentos em uma via de mão-dupla entre Instituições públicas de ensino e a sociedade.

O NEABI do IFPR - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas do Instituto Federal do Paraná - propõe atividades de extensão junto à sua comunidade acadêmica, desde 2018. A aproximação dos atores sociais torna-se essencial para que a realização de projetos que contemplem a extensão, aconteça. As propostas são realizadas por meio da promoção ao respeito e enriquecimento destas culturas, no cenário nacional.

O intercultural, neste sentido, pode agregar enquanto processo que representa a inclusão cultural, histórica e social. São diálogos essenciais sobre temas que

demonstram o amadurecimento da representação de espaços democráticos, como o racismo, a discriminação, a violência etc. Para Collet (2001), a interculturalidade representa a construção sobre conhecimentos relacionados à antropologia, como o relativismo cultural; e sobre o reconhecimento do respeito à diferença, sem sobreposições culturais.

As perspectivas desta troca de olhares propiciam o respeito às diferenças, que também se manifesta por expressões artístico-culturais:

Esses movimentos sociais e educacionais propõem uma convivência, no sentido de construir referenciais epistemológicos pertinentes, e dessa forma o trabalho intercultural pretende contribuir para superar tanto a atitude de medo quanto a de indiferente tolerância ante o "outro", construindo uma disponibilidade para a leitura positiva da pluralidade social e cultural. Trata-se, na realidade, de um ponto de vista baseado no respeito à diferença, que se concretiza no reconhecimento da paridade de direitos. (FLEURI, 2003, p. 16-35).

Além dessa relação, portanto, de projetos de extensão com a comunicação pública (da ciência), também nos aproximamos da interculturalidade, uma vez que essas ações acadêmicas desenvolvem conhecimento sobre culturas plurais, como abordado. Candau (2008), em complementaridade, explora a perspectiva da hibridização cultural. A autora compreende esses processos atravessados por questões de hierarquia e discriminação, assim como por processos criativos e com potencial dialógico.

O reconhecimento das diferenças nas propostas de construções dialógicas e democráticas nos permite refletir sobre como valorizar a diversidade e a pluralidade em contextos muitas vezes permeados por preconceitos culturais, entre outros.

Paladino e Czarny (2012) apontam como o conceito de interculturalidade está relacionado à construção de projetos sociais, políticos e epistêmicos, todos orientados para a descolonização e para a transformação do sistema.

Assim como o preconceito histórico sobre a cultura africana no Brasil, a população indígena também sofre desgastes e tem sido excluída da sociedade nacional. Após a redemocratização em 1988, com a Nova Constituição, algumas mudanças significativas ocorreram. No entanto, é necessário avançar.

Luciano (2006) nos mostra os desafios enfrentados pelos índios brasileiros.

Desde a última década do século passado vem ocorrendo no Brasil um fenômeno conhecido como “etnogênese” ou “reetinização”. Nele, povos indígenas que, por pressões políticas, econômicas e religiosas ou por terem sido despojados de suas terras e estigmatizados em

---

função dos seus costumes tradicionais, foram forçados a esconder e a negar suas identidades tribais como estratégia de sobrevivência – assim amenizando as agruras do preconceito e da discriminação – estão reassumindo e recriando as suas tradições indígenas. (LUCIANO, 2006, p. 28).

O contexto envolvendo o diálogo sobre o respeito à cultura indígena é complexo. São inúmeras questões que trazem a prática do racismo estruturado e hierarquizado ao longo dos séculos, no Brasil. Por isso, é essencial trazer à tona análises que contribuam para debater a temática, na integração entre ações da extensão universitária e seus meios de democratizar o acesso ao seu desenvolvimento. Nesse sentido, também aproximamos esses movimentos à comunicação pública da ciência.

## **COMUNICAÇÃO PÚBLICA DA CIÊNCIA**

Assim como a extensão e a interculturalidade, a comunicação pública tem sido explorada nas últimas décadas. Seu conceito se desenvolveu, a partir da década de 1980, em especial na América Latina. Vários movimentos governamentais, institucionais e sociais vêm contribuindo para que a comunicação pública possa ser interpretada enquanto um processo dialógico que inclui aspectos democráticos e participativos de atores sociais.

A plenitude da comunicação pública depende da reciprocidade existente entre comunicação e cidadania, mobilizando sujeitos na concretização de aprendizados, saberes coletivos, rompendo formas de opressão e exclusão, construindo caminhos originais da vida coletiva organizada. (DUARTE, 2007).

Neste estudo, diversos teóricos (Brandão, 2007; Matos, 2011; Weber, 2017; Zémor, 1995) foram consultados para a compreensão da comunicação pública, que para muitos destes, valoriza os relacionamentos dialógicos entre instituições públicas e atores sociais para o exercício da cidadania e o alcance do direito à informação.

Com esta breve contextualização, discorreremos agora sobre a comunicação pública da ciência. Ao valorizar o direito à informação, a comunicação pública da ciência trata de aproximar o conhecimento classificado como científico, seu desenvolvimento e suas reflexões, entre outros, à realidade dos atores sociais. Dito de outro modo, as necessidades e o saberes desses atores também contribuem para o desenvolvimento da sociedade e da ciência.

---

Nas Universidades, a democratização da ciência não acontece apenas a partir das pesquisas realizadas. Nas instituições públicas de ensino, como a do IFPR que faz parte do corpus desta pesquisa, e esta também ocorre por meio da participação social que contribui de diferentes formas na construção do conhecimento, como nas atividades de extensão e/ou na colaboração em pesquisas.

A sociedade tem acesso a conteúdos ricos e plurais ao se aproximar da universidade por meio do diálogo com seus pesquisadores, assim como os cientistas também têm acesso a um rico capital cultural ao conhecer os saberes de uma comunidade. É por meio da troca de conhecimentos que a ciência avança e, conseqüentemente, a sociedade torna-se beneficiada.

Nesse processo é importante destacar o papel da divulgação científica dentro da Comunicação Pública da Ciência. A divulgação científica, como destacam Pereira, Serra e Peiriço (2003), ultrapassa apenas o contato com os públicos com o objetivo de informar com qualidade e frequência sobre temas do cotidiano de suas vidas.

A promoção sobre o conhecimento científico diz respeito, desta forma, na aproximação de valores, atitudes e linguagens que enriquecem a potencialidade da Ciência e Tecnologia (C&T). São construções que representam as demandas da sociedade, e novas possibilidades de inserções sociais e culturais, entre tantas, simbolizadas pela esfera maior da comunicação pública da ciência. (VALÉRIO, BAZZO, 2006).

A participação da sociedade, neste ínterim, é fundamental para a construção dos conhecimentos, ultrapassando assim o nível científico. Castelfranchi (2008a) nos indica que as instituições científicas e tecnológicas precisam se comunicar, pois é por meio dos discursos públicos que é possível produzir e mobilizar conhecimento, ideias e talentos.

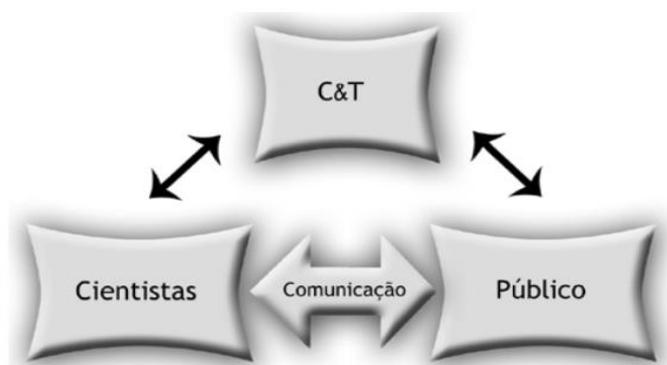
O ato de comunicar no acesso aos diversos conhecimentos pressupõe, assim, o ato de dialogar e da reflexão em coletividade, como destaca Huergo (2001) na contraposição ao ato de transmitir e persuadir: o especialista fala e o não especialista escuta. A verticalização que distancia esta relação é desconstruída pela aproximação, pelo respeito e pela interação entre as partes. Não existe “quem fala” e “quem escuta”, é a comunicação dialógica que orienta e permeia o processo.

Considerando, portanto, algumas possibilidades de modelos viáveis que contribuam para a realização dos aspectos de participação social neste processo, Cuevas

(2008) destaca aquele que valoriza, a priori, a participação democrática, por meio da igualdade entre públicos e cientistas. O diálogo é o instrumento elementar que caracteriza este modelo. A proposta é que o debate aberto seja alcançado, incentivando a prática de maneira ampla e contínua.

A figura 1 exemplifica o modelo citado na relação entre a produção do conhecimento institucional, dos cientistas e dos públicos, integrados pela comunicação dialógica e participativa, de acordo com Mazocco (2009).

**Figura 01: Modelo de comunicação de participação pública da ciência**



Fonte: Mazocco (2009).

A concepção primordial, portanto, da comunicação pública da ciência nos indica diversas possibilidades de desenvolvimento junto à sociedade. É interessante, em complementaridade, pensar estrategicamente em alternativas plausíveis de alcance aos públicos, de acordo com suas realidades e demandas.

Por isso, esta deve contemplar espaços e locais plurais, proporcionando o diálogo social aberto. As ações de acesso à ciência devem considerar as características desse novo público, permitindo “aos indivíduos reorientarem a si mesmos do papel passivo de leitores e ouvintes para o potencial papel de oradores e participantes de uma conversação.” (BENKLER, 2006, p. 213).

Compreendemos que o leitor nunca foi passivo no processo comunicacional, pois sempre teve opções, ainda que reduzidas, para construir o seu conhecimento. O que mudou foi a maneira como esse leitor é encarado, ganhando cada vez mais protagonismo na contemporaneidade e mais possibilidades de interação.

Nos próximos tópicos são expostas e contextualizadas algumas das possibilidades da promoção desta comunicação plural, com o objetivo de demonstrar

---

como este trabalho é realizado pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (IFPR) por meio de suas ações extensionistas.

## **METODOLOGIA**

A análise foi construída por meio da observação descritiva, documental e exploratória por meio do material produzido, publicizado e disponibilizado pelos coordenadores do Projeto de Extensão NUPOVOS (IFPR).

Trata-se de analisar os documentos institucionais, como relatório de atividades, registro de participação em eventos, produção de artigos científicos etc. De acordo com Cellard (2008), o documento constitui uma fonte preciosa, pois reconstitui atividades que já foram realizadas e, assim, favorece a dimensão do tempo à compreensão do social. Além disso, foi observada a página oficial do projeto, disponibilizada no *Facebook*, com o intuito de complementar a técnica utilizada.

As considerações procuram trazer colocações pertinentes e relevantes sobre a temática exposta, na congruência das abordagens sobre possibilidades da valorização da comunicação pública à extensão sobre a cultura indígena.

Dentro das análises que foram realizadas e expostas na construção deste artigo, destaca-se, como citado anteriormente, que este trabalho faz parte de uma pesquisa de mestrado em andamento. E neste momento, em especial, devido à pandemia da covid-19 seguimos os protocolos de segurança na saúde, não sendo possível um acompanhamento presencial das ações do referido projeto de extensão.

## **NEABI: NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS (IFPR)**

A criação dos NEABIs faz parte da proposta do Conselho Nacional de Educação de acordo com as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, com referência a legislação que preceitua as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena.

Os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do Instituto Federal do Paraná (IFPR) têm o papel institucional de incentivar a realização de ações que contribuam para a valorização da história, das identidades e culturas negras, e de etnias

indígenas; assim como para a superação de diferentes formas de discriminação étnico-racial.

**Figura 02: Mapa dos campi do Instituto Federal do Paraná, onde os NEABIs atuam**



Fonte: Instituto Federal do Paraná (2020).

No ano de 2020, a Pró Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – Diretoria de Direção, Arte e Cultura (PROEPPi-DIEXT) divulgou um relatório institucional<sup>4</sup> referente ao ano de 2019, com informações sobre os NEABIs. O documento trouxe dados quantitativos e qualitativos sobre as ações desenvolvidas, como eventos e projetos ligados aos núcleos, entre outros.

Neste momento, destaca-se o quantitativo de eventos internos e externos realizados no ano de 2019, em um total de 51 (cinquenta e um). O mesmo relatório aponta o número de ações vinculadas ao Núcleo.

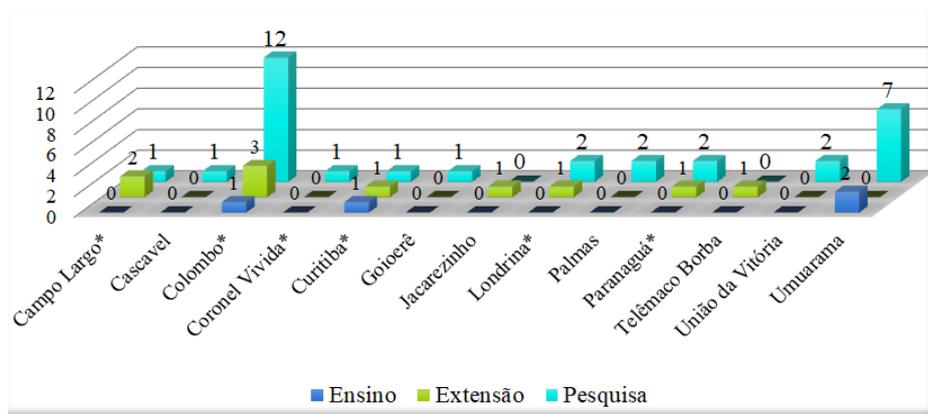
Com relação aos projetos, encontram-se cadastrados nos Comitês de Pesquisa e Extensão dos *campi* (COPE) 46 (quarenta e seis) projetos vinculados às ações desenvolvidas pelos NEABI, sendo 32 (trinta e dois) projetos de pesquisa, 10 (dez) projetos de extensão e 4 (quatro) projetos de ensino. Destaca-se que cerca de 236 (duzentos e trinta e seis) estudantes estiveram envolvidos com estas ações, 97 (noventa

<sup>4</sup> NSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Relatório do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas do IFPR (NEABI). Curitiba: 2020. Disponível em: <[https://sei.ifpr.edu.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_documento\\_consulta\\_externa.php?yPDszXhdoNcWQHJaQIHJmJIqCNXRK\\_Sh2SMdn1U-tzNvUoTLcCRUwFFo6dMWXAuRqKD-8qjbTzztRT-Agb8WpHI2VezX4Zrk7T4-\\_CK\\_gZTb56t8rK8y2FeQ8odl4Cs7](https://sei.ifpr.edu.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?yPDszXhdoNcWQHJaQIHJmJIqCNXRK_Sh2SMdn1U-tzNvUoTLcCRUwFFo6dMWXAuRqKD-8qjbTzztRT-Agb8WpHI2VezX4Zrk7T4-_CK_gZTb56t8rK8y2FeQ8odl4Cs7)>. Acesso em 12. Junho.2021.

e sete) colaboradores externos e 10.465 (dez mil quatrocentos e sessenta e cinco) pessoas atingidas na comunidade. Foram ainda realizadas 7 (sete) parcerias e/ou convênios para a execução dos projetos. (IFPR, 2019).

O gráfico 1 apresenta a quantidade de projetos de ensino, pesquisa e extensão do NEABI dos campi do IFPR.

**Gráfico 01: Projetos cadastrados no COPE vinculados ao NEABI (2019) - Projetos contemplados com recursos financiados pela PROEPPPI (\*)**



Fonte: Adaptado - Relatório Institucional de Atividades do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (2019).

O NEABI – IFPR representa, deste modo, o desenvolvimento de ações que contemplam o processo dialógico e intercultural, dentro de suas complexidades e potencialidades, na integração social, para além de práticas acadêmicas. O projeto de extensão NUPOVOS, neste contexto, atende uma das propostas do Núcleo, que por meio da comunicação pública da ciência pode ser enriquecido, seja pela construção de saberes, quanto pela divulgação de suas informações, junto aos diversos públicos.

### **NUPOVOS: NÚCLEO DE DEFESA DOS DIREITOS DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**

O projeto de extensão Núcleo de defesa dos direitos dos povos e comunidades tradicionais (NUPOVOS) foi oficializado em 2016. Realizado na cidade litorânea de Paranaguá (um dos campi do IFPR), é coordenado pelo professor Roberto Souza, que planeja as ações executadas por seus participantes.

---

Participam do NUPOVOS estudantes e comunidade externa, como membros do grupo indígena guarani nhandewa e demais comunidades tradicionais da região, incluindo convidados que auxiliam no desenvolvimento do projeto. No total, há em média de vinte pessoas por encontro.

A proposta central é que por meio da extensão e da pesquisa, seja possível desenvolver o contato com populações indígenas, entre pescadores artesanais, faxinalenses e quilombolas. Com a educação popular, o grupo se movimenta de acordo com as demandas das populações atendidas, no que se refere à necessidade de fortalecimento e estratégias de enfrentamento sobre conflitos territoriais, e valorização de suas respectivas culturas.

Os encontros, que também são abertos à comunidade externa, contemplam a conexão de saberes práticos. Há espaços para oficinas de formação em direitos étnicos e coletivos, com apoio a povos e comunidades tradicionais do Sul do Brasil. Em complementaridade às ações do projeto, existem algumas parcerias junto a órgãos públicos, como a Defensoria Pública do Paraná e da União. O foco é proporcionar conhecimento jurídico aos participantes.

De acordo com os professores coordenadores do projeto, Souza e Borges (2017), o NUPOVOS acontece, desta forma, orientado para lutar por reconhecimento e valorização dos espaços e interesses coletivos dos povos tradicionais, na construção de saberes formativos. A relação institucional ocorre pelo diálogo, que busca a disponibilização pelo conhecimento político e legislações sobre educação em direitos humanos.

As atividades concretizadas pelo Núcleo vêm colaborando para formar uma identidade institucional que contempla as políticas institucionais de extensão, ensino, inovação e pesquisa do IFPR. Afinal, tende a potencializar as relações sociais e físicas da comunidade acadêmica, com a participação de bolsistas e voluntários, com intuito de servir de centro de documentação, pesquisa e assessoria na defesa dos direitos e na promoção à participação dos povos tradicionais, neste processo.

Os objetivos do projeto são destacados a seguir, de acordo com Souza e Borges (2017).

#### **Quadro 01: Objetivos do Projeto de Extensão**

<b>Núcleo de defesa dos direitos dos povos e comunidades tradicionais</b>
---

<input type="checkbox"/> Contribuir para constituição de uma política institucional em direitos humanos em consonância com as políticas institucionais de extensão, ensino, inovação e pesquisa.
<input type="checkbox"/> Contribuir para construção de uma cultura de valorização da diversidade por meio da promoção, defesa e ampliação dos direitos humanos de povos e comunidades tradicionais.
<input type="checkbox"/> Promover produção científica articulada às diversas áreas do conhecimento e para os currículos dos cursos ofertados pelo campus.
<input type="checkbox"/> Criar espaço físico para servir de centro de documentação e defesa dos povos tradicionais.

Fonte: Adaptado do artigo do projeto (2021).

O Núcleo também possui uma página de divulgação de suas atividades no *Facebook*<sup>5</sup>, além da produção de relatórios institucionais e outros documentos e informações disponibilizadas aos públicos, referentes às suas ações.

A página possuía 176 seguidores em agosto de 2021, com poucas reações nos *posts* e nenhum comentário. Os *posts*, contudo, evidenciam as demandas dos indígenas. Na comunicação pública da ciência, esse espaço talvez também pudesse ser priorizado para o diálogo com os extensionistas. No entanto, como demonstrado em estudos anteriores sobre a participação do público em sites institucionais (QUADROS; QUADROS, 2015), a comunicação digital carece de instrumentos para incentivar o debate público.

**Figura 03: Página oficial NUPOVOS**



Fonte: *Facebook* (2021).

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/N%C3%BAcleo-de-Defesa-dos-Direitos-de-Povos-e-Comunidades-Tradicionalis-175672342960112>>. Acesso em: 20. junho.2021.

---

Assim como no estudo citado anteriormente (QUADROS; QUADROS, 2015), os espaços criados por instituições nem sempre são bem recebidos pelos públicos para os quais foram planejados. Por isso, é fundamental pensar na participação do indígena até mesmo no momento de planejar a divulgação científica do projeto de extensão NUPOVOS.

Para além dos espaços virtuais, as trocas ocorrem na construção dos contatos do grupo. De acordo ainda com o coordenador do projeto, é possível observar que a articulação entre os diversos povos e identidades coletivas viabilizam intercâmbios de experiências e colaborações com seus processos de formação internos e novas formas de ação política entre os grupos informados. (SOUZA, 2017).<sup>6</sup>

Relacionar a comunicação pública da ciência como processo que pode fortalecer a interculturalidade, nos incentiva a explorar mais as ações envolvidas, e suas contribuições sociais sobre a cultura indígena, no contexto exposto. O público, desta forma, produz, consome e interage no processo de construção do conhecimento, que também ocorre publicamente. (MAZOCCO, 2009).

Entende-se, portanto, que a reflexão sobre o amadurecimento deste trabalho, se faz relevante em diversos aspectos, buscando compreender as formas de comunicação criadas com os participantes dos projetos de extensão. Intenciona-se, pois, abrir caminhos para que o diálogo sobre o saber científico possa ocorrer, constantemente, em compasso com a participação da sociedade, na busca da valorização do tema abordado.

Compreendendo a relevância e desafios a respeito do tema e de reflexões sobre o desenvolvimento dos conceitos brevemente expostos, sua relação com análises empíricas também serão mais contextualizadas e exploradas, com a continuidade desta pesquisa de dissertação.

## **CONSIDERAÇÕES**

O desenvolvimento das atividades extensionistas do NUPOVOS, no incentivo ao cumprimento do papel social da universidade pública, constrói possibilidades de descolonização dos povos indígenas, entre os outros citados. A comunicação pública da

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/187765572.pdf>>. Acesso em: 20. julho.2021.

ciência pode demonstrar sua potencialidade nas ações que ultrapassam a Instituição, e contemplam a sociedade.

A divulgação e o acesso ao conhecimento produzido concretizam-se na relação instituição-comunidade, aproximando-se das diferentes realidades e complexidades da vida social. Seja por meio dos encontros presenciais, ou pela divulgação remota, o espaço aberto ao diálogo representa e introduz uma temática que também trata sobre a valorização da cultura indígena.

Por ora, desconstruir teorias já formuladas, e trazer novas possibilidades de interpretação sobre o desenvolvimento da divulgação científica, enquanto praxis elementar ao amadurecimento do direito ao acesso às informações torna-se fundamental.

Assim como a extensão e a interculturalidade, a comunicação dialógica pode ser contemplada nas práticas diárias das relações institucionais e sociais. Deste modo, reflexão, debates e críticas tornar-se-ão caminhos plausíveis para a construção de espaços coletivos, de respeito às pluralidades, e nas trocas contínuas de saberes populares e da ciência, na formação do conhecimento que represente as humanidades.

## REFERÊNCIAS

- 35º. SEMINÁRIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA REGIÃO SUL. **Núcleo de defesa dos direitos dos povos e comunidades tradicionais:** Direitos Humanos e Justiça. p. 287-292. 2017. Disponível em: < <https://core.ac.uk/download/pdf/187765572.pdf>>. Acesso em: 20. junho. 2020.
- BENKLER, Y. **The Health of Networks.** How Social Production Transforms Markets and Freedom. Yale University Press, 2006.
- BRANDÃO, E. **Conceito de Comunicação Pública.** In: DUARTE, J. Comunicação Pública: Estado, governo mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007.
- CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação.** Rio de Janeiro. v. 13 n. 37 jan./abr. 2008.
- CASTELFRANCHI, Juri. **As serpentes e o bastão: tecnociência, neoliberalismo e inexorabilidade.** 2008. 373 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008a. Disponível em: <https://cteme.files.wordpress.com/2009/06/castelfranchijuri.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2017.
- CELLARD, A. **A análise documental.** In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.
- COLLET, Celia Leticia Gouvêa. **“Quero progresso sendo índio”.** O princípio da interculturalidade na educação escolar indígena. Dissertação de Mestrado em antropologia social. Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ. 2001.
- CUEVAS, A. Conocimiento científico, ciudadanía y democracia. **Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad,** n. 10, v. 4, jan. 2008.

- DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública**: estado, mercado, sociedade e interesse público: São Paulo: Atlas, 2007.
- FELIPE, Delton Aparecido. **Patrimônio cultural negro no Paraná**: lugares, celebrações e saberes. *Historiae*, v. 6, p. 117-134, 2015.
- FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e educação. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2003, no. 23 [citado 2009-03-24], p.16-35. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em 12. julho.2021.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução: Rosilda Darcy de Oliveira. 18. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- HUERGO, J. A. La popularización de la ciencia y la tecnología: interpelaciones desde la comunicación. In: **Seminario Latinoamericano Estrategias Para La Formación De Popularizadores En Ciencia Y Tecnología Red-Pop – Cono Sur**, La Plata, 14 al 17 de mayo de 2001.
- INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Relatório do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas do IFPR (NEABI)**. Curitiba: 2020. Disponível em: <[https://sei.ifpr.edu.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_documento\\_consulta\\_externa.php?yPDs\\_zXhdoNcWQHJaQIHJmJIqCNXRK\\_Sh2SMdn1U-tzNvUoTLcCRUwFFo6dMWXAuRqKD-8qjbTzztRT-Agb8WpHI2VezX4Zrk7T4-\\_CK\\_gZTb56t8rK8y2FeQ8odl4Cs7](https://sei.ifpr.edu.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?yPDs_zXhdoNcWQHJaQIHJmJIqCNXRK_Sh2SMdn1U-tzNvUoTLcCRUwFFo6dMWXAuRqKD-8qjbTzztRT-Agb8WpHI2VezX4Zrk7T4-_CK_gZTb56t8rK8y2FeQ8odl4Cs7)>. Acesso em 12. junho. 2021.
- LUCIANO, G. dos S. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD em parceria com o Museu Nacional, Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento. 2006.
- MATOS, Heloiza (Org.). **Comunicação Pública** – Interlocução, interlocutores e perspectivas. São Paulo: ECA-USP, 2011.
- MAZOCCO, F. J. **A mediação das patentes sob o olhar CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade)**. São Carlos, 2009. 154 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade/Centro de Educação e Ciências Humanas/UFSCar, São Carlos, 2009.
- PALADINO, Mariana; CZARNY, Gabriela (orgs.) **Povos indígenas e escolarização**: discussões para se repensar novas epistemes nas sociedades latino-americanas. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- PEREIRA, A.; SERRA, I.; PEIRIÇO, N. M. **Valor da ciência na divulgação científica**. In: SOUSA, C. M.; MARQUES, N. P.; SILVEIRA, T. S. A comunicação pública da ciência. Taubaté: Cabral, 2003. p. 59-63.
- QUADROS, C.I.; QUADROS, I. Jóvenes y participación política desde la perspectiva del Participatório. **Revista Latina de Comunicación Social**, 70, pp. 782 a 792, 2015.
- SANTOS. Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004.
- SCHMITZ, Egídio F. **Caminhos da universidade brasileira**: filosofia do ensino superior. Porto Alegre: Sagra, 1984.
- SOUZA, T. Y.; BRANCO, A. M. C. U.; OLIVEIRA, M. C. S. L. **Pesquisa qualitativa e desenvolvimento humano: aspectos históricos e tendências atuais**. Fractal: Revista de Psicologia, v. 20, n. 2, p. 357-376, 2008.
- TUBINO, Fidel. **Del interculturalismo** funcional AL interculturalismo crítico. s.l.:s.n., 9 p. Español, 2003. Disponível em: <<http://www.ibcperu.org/doc/isis/12960.pdf>>. Acesso em 25. agosto.2020.
- VALERIO, M.; BAZZO, W. A. **O papel da divulgação científica em nossa sociedade de risco**: em prol de uma nova ordem de relações entre ciência, tecnologia e sociedade. *Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnologia, Sociedad e Innovación*, n. 7, set./dez. 2006.
- WEBER, M. H.; COELHO, M. P.; LOCATELLI, C.; (Orgs.). **Comunicação Pública**: práticas e pesquisa. Porto Alegre: Insular, 2017.
- ZEMOR, Pierre. **La communication publique**. Paris; PUF, 1995.